



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE BATALHA NA OBRA DE  
GRACILIANO RAMOS\***

Francisco Fabiano de Freitas Mendes\*\*

O capítulo 33 de *Viagem*<sup>1</sup> foi escrito no dia 4 de setembro de 1952, versando sobre uma festa oferecida pela Voks (Sociedade para as Relações culturais da URSS com os países estrangeiros) aos visitantes brasileiros, às vésperas de partirem da Geórgia de volta ao Brasil. Estavam reunidos na confraternização juristas, músicos, literatos, dentre eles, Graciliano Ramos, então presidente da Associação Brasileira de Escritores, que de repente se vê numa daquelas situações que tanto detestava: ter de discursar. Encurralado, enfrentou a mesa de intelectuais:

\* Este texto aglutina partes do capítulo 8 da minha tese de doutoramento *Um País Sem Graça: Graciliano Ramos intérprete de um Brasil moderno*, defendida em maio de 2014. O processo de pesquisa e escrita da tese só foi possível pelo apoio da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UERN, que me concedeu bolsa de capacitação docente para cursar o doutorado.

\*\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo/USP, Fabiano Mendes é Prof. Adjunto do Departamento de História – Campus Central – Mossoró, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, onde atua nas áreas de Teoria da História, Historiografia e História do Brasil. Desenvolve pesquisas interdisciplinares, aliando a estudos históricos os estudos literários, com ênfase nas interpretações nacionais e nas construções identitárias locais. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa/CNPq: *História do Nordeste – sociedade e cultura*. Publicou artigos e capítulos de livros sobre temas diversos, sempre atentos à relação da história com diferentes linguagens da ficção, como literatura e cinema, e também relacionados às questões da historiografia, como a colaboração no *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*, organizado por Marcos A. Silva.

<sup>1</sup> A viagem em questão que dá título ao livro foi a visita de uma delegação de intelectuais e líderes sindicais organizada pelo Comitê Central do PCB, a propósito das festividades do 1º de maio de 1952, na URSS.

Levantei-me confuso e temeroso: nem um desgraçado lugar-comum surgia das trevas de meu espírito. Ia arrasar-me. De repente me entraram na cabeça as notas do caderno, as questões infelizes expostas na União dos Escritores Georgianos. E servi-me delas, exibindo um confronto arrumado assim. A Geórgia tem quatro milhões de habitantes, quando muito. Se esse número for verdadeiro, a população do Brasil é treze vezes superior. O livro na Geórgia alcança, em primeira edição, dez milheiros, e caso interesse, é reeditado. Se o brasileiro soubesse ler como o georgiano e pudesse comprar como o georgiano as edições no Brasil seriam de cento e trinta mil. Longe disso. A gente é na maioria analfabeta e pobre. As nossas edições normais orçam por um milheiro, e há probabilidades escassas de reedição. Por aí se via que o Brasil, com referência às letras, estava cento e trinta vezes abaixo da Geórgia.<sup>2</sup>

Nesta passagem, há uma das muitas sustentações da permanência de Graciliano na escolha do Socialismo como a melhor via para o futuro do Brasil. Todo o livro funciona não só como o registro impressionista de uma terra distanciada pela Geografia e aproximada pelos ideais socialistas partilhados entre o escritor e os intelectuais soviéticos; funciona muito mais como o relatório comparador que põe um país visto como modelo a ser seguido diante de um país cujos modelos adotados até então não provocaram mudanças significativas.

Graciliano não está falando apenas de livros, Literatura e circulação da cultura escrita, embora seja, sim, um interessado direto numa desejosa explosão de crescimento do mundo editorial brasileiro. Sua fala leva a pensar na base educacional dum país que contava, em inícios da década de 1950, com mais da metade da população com idade acima de quinze anos mergulhada no analfabetismo. Nesse período, a população de zero a quatorze anos ultrapassava os 41%, e a população com mais de 65 anos era de apenas 3%, portanto, um país bastante jovem. Traduzindo isso, dos 52 milhões de habitantes, mais de trinta milhões estavam na grande faixa que compreendia as pessoas com mais de quinze anos, portanto, aptas à leitura regular, ao consumo de Literatura. Mas, desse contingente, mais de quinze milhões era de analfabetos; acrescentemos que, nos anos 50, o número de matriculados, englobando aí todas as faixas etárias e níveis de ensino, pouco ultrapassava os cinco milhões e seiscentos mil, e, a partir do ensino secundário, não chegava aos quinhentos mil.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> RAMOS, Graciliano. Viagem. Rio de Janeiro: Record, s/d, p. 191.

<sup>3</sup> Todos os dados sobre população, analfabetismo, porcentagem das faixas etárias e número de matrículas referentes aos anos 1950 foram extraídos das seguintes fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Tendências demográficas no período 1950/2000*. Disponível em:

Cruzando todos esses dados aos que o autor de *Vidas Secas* lançou em sua fala, pode-se dizer que a lógica das editoras acompanhava a da demanda por leitura, ou melhor, acompanhava a lógica dos obstáculos que impediam essa demanda de crescer. Daí as franzinas edições e a vaga possibilidade de reedições. Se tantos estariam inaptos à leitura e, portanto, não cuidariam em ter livros, um objeto que além de caro se mostraria inútil, vinha a pergunta: livros para quem? A questão é posta de modo fatalista porque supõe alguma dúvida quanto ao papel que o controle exercido sobre a educação básica durante muitas e muitas gerações teve na manutenção do poder de nossas elites políticas e econômicas. Ela, no entanto, demonstra toda a seriedade da questão. Basta antepô-la à seguinte passagem de *Memórias do Cárcere*:

Tolice reconhecer que a professora rural, doente e mulata, merecia ser trazida para a cidade e dirigir um grupo escolar: fazendo isso, dávamos um salto perigoso, descontentávamos incapacidades abundantes. Essas incapacidades deviam aproveitar-se de qualquer modo, cantando hinos idiotas, emburrando as crianças. O emburramento era necessário. Sem ele, como se poderiam aguentar políticos safados e generais analfabetos? Necessário reconhecer que a professora mulata não havia sido transferida e elevada por mim: fora transferida por uma ideia, pela ideia de aproveitar elementos dignos, mais ou menos capazes.

(...)

... realmente eu havia sido ali uma excrescência, uma excrescência agora amputada, a rodar de bonde, a olhar navios e coqueiros. De certo modo as ameaças dos telefonemas me agradavam: embora indeterminadas, indicavam mudanças, forçar-me-iam a azeitar as articulações perras.<sup>4</sup>

A transferência da dita professora mulata do interior teria sido o primeiro motivo aventado pelo então Diretor de Instrução Pública do Estado de Alagoas para explicar os telefonemas ameaçadores que recebia no início de 1936. O registro do tipo “mulata” e a suspeita de esse fato ser o motivo das ameaças, denota a ordem social estabelecida no Estado que, de algum modo, Graciliano estava afrontando. Os telefonemas se transformaram em voz de prisão e os acontecimentos que sobrevieram serviram de matéria para as memórias do cárcere. Junta-se a isso a postura tida por antipatriótica,

---

<[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>  
Acesso em: 23 de jun. 2011. Ver também em: OLIVEIRA, Francisco de. Brasil. In: SADER, Emir (coord.) *Latinoamericana*: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006, p. 212. E ainda em: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*: sua história. São Paulo: Edusp, 2005, p. 375.

<sup>4</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere* – vol. I. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 41-42

acompanhada de uma visão que ampliava o direito à educação de crianças pobres e incluía a distribuição de tecido para os uniformes e cadernos:

Pelo meu cargo haviam passado em dois anos oito sujeitos. Eu conseguira aguentar-me ali mais de três anos, e isto era espantoso. Ocasionalmente ocasionara descontentamentos, decerto cometera numerosos erros, não tivera a habilidade necessária de prestar serviços a figurões, havia suprimido nas escolas o Hino de Alagoas, uma estupidez com solecismos, e isto se considerava impatriótico.<sup>5</sup>

A postura infensa de Graciliano diante de práticas simbólicas, cotidianas e oficializadas, logo internalizadas e encravadas pelo hábito – e, assim, já não mais refletidas – não era apenas sintoma de uma excrescência, era uma, dentre muitas outras práticas, que levava ao campo da ação a ideia de que as bases – tanto da nacionalidade quanto da localidade – estavam mascaradas em cânticos, símbolos, heróis e eventos que romantizavam a realidade de um país injusto econômica, social, política e culturalmente.

O desconhecimento das particularidades de cada região do vasto país gerava a superficialidade do ensino formal. Tal superficialidade encontrava eco na falta do que efetivamente fazer com o ensino, voltado, sobretudo, para o beletismo e para o consumo das modas políticas e literárias. No segundo relatório da prefeitura de Palmeira dos Índios, de janeiro de 1929, Graciliano faz comentário irônico sobre a educação de adultos:

Instituíram-se escolas em três aldeias: Serra da Mandioca, Anum e Canafístula. O conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica à educação de adultos.

Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras.

Não creio que os alunos aprendem ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaques, discutir política e decorar sonetos, passatempos acessíveis a quase todos os roceiros.<sup>6</sup>

Percebe-se que Graciliano não critica necessariamente o que será ensinado, mas qual direcionamento esse conhecimento terá e, embutida na ironia “passatempos acessíveis”, está a ideia da exploração sem lazer, portanto, uma vida condicionada unicamente pelo tempo social baseado na produção. Em outras palavras, a questão era:

<sup>5</sup> *Ibid*, p. 38.

<sup>6</sup> RAMOS, Graciliano. *Relatórios*. Rio de Janeiro: Record; Recife-PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994, p. 53.

qual seria a cultura da educação para as diferentes realidades do país, e mais, havia um programa de educação básica indistinto?

O tema aparece muito claro em dois de seus romances: o primeiro, *Caetés*, escrito na segunda metade dos anos 1920, embora lançado somente em 1933, é a história do guarda-livros João Valério, conquistador e aspirante a escritor. A trama se passa na própria Palmeira dos Índios, onde Graciliano se tornou prefeito pouco depois de concluir o livro e pô-lo numa gaveta. O segundo, *São Bernardo*, escrito e lançado na primeira metade dos anos 1930, conta a trajetória de Paulo Honório, fazendeiro do agreste alagoano que construiu um pequeno reino na fazenda que dá nome ao romance e onde se passa a maior parte da trama.

Em *Caetés*, o presidente da Junta Escolar (cargo que Graciliano chegou a ocupar antes de ser prefeito) está envolvido num debate sobre educação, com partidários do ensino técnico, do ensino religioso e até do não-ensino. O curioso é que o tema escola é desdobramento de uma discussão imediatamente anterior, envolvendo repressão e violência do Estado como solução para muitos males:

Nazaré absorveu dois copos de vinho e atacou o Barroca:

– isso de liberdade é pilhéria, doutor. Não precisamos de liberdade, precisamos cacete. Foi assim que sempre governaram, e assim vai bem. Gostamos de levar pancada. Veja como admiraram por aí os bandidos do Nordeste. E a instrução, para que serve instrução à canalha?

(...)

– O senhor é o presidente da Junta Escolar?

O Dr. Castro confessou que estava na presidência, infelizmente, e que aquilo era uma espiga. Mapas todos os meses, atestados, um horror de professoras e inspetores rurais, informação à diretoria e obrigação de visitar escolas. Ele, graças a Deus, nunca tinha entrado em nenhuma.

Com o olho vivo, Nazaré dizia a Barroca:

– Sim senhor, mas tudo isso é léria. Quando o nosso matuto tem um filho opilado ou raquítico, manda domesticá-lo à palmatória e a murro. O animal aprende cartilha e fica sendo consultor lá no sítio. Torna-se mandrião, fala difícil, lê o Lunário Perpétuo e o Carlos Magno, à noite, na esteira, para família reunida em torno da candeia. Qual é o resultado? A primeira garatuja que o malandro tenta é uma carta falsa em nome do pai, pedindo dinheiro ao proprietário.

Evaristo achou aquilo um exagero evidente, o outro jurou que era verdade.

– Pois se é verdade, a culpa deve ser do ancilóstomo. Que mal pode fazer a leitura?

Mas Adrião, que estivera calado, distraído e murcho, afagou devagar a careca, declarou que os matutos que ele conhecia os melhores eram os analfabetos:

– O roceiro que soletra tem vergonha de pegar na enxada.

(...)

Evaristo reconheceu que saber ler, simplesmente, era com efeito pouco.

– A educação religiosa... lembrou Padre Atanásio.

– A educação profissional.

– Aqui não há disso, atalhou Nazaré com voz trôpega. E como a que temos não presta e a que poderia servir não vem, era melhor que não houvesse nada.

– Apoiado! Exclamou o Presidente da Junta Escolar. O senhor parece que adivinha os meus pensamentos. Tem razão. Exatamente o que eu estava pensando, compreende?

– A educação religiosa... aventurou novamente o Padre.

– A educação religiosa, decerto, ecoou o Presidente da Junta Escolar. A educação religiosa é o suco.

– Não serve de nada, balbuciou o tabelião com a língua perra.<sup>7</sup>

Fabiano, o sertanejo pobre e analfabeto de *Vidas Secas*, tinha a mesma opinião em relação ao antigo patrão, seu Tomás da bolandeira, que por ler demais não teria adquirido força e dureza suficientes para aguentar o sertão em tempos de seca. O matuto analfabeto pensar assim é ingenuidade, internalização de uma imagem repisada por várias gerações. Já um jornalista como Octávio Domingos escrever no *Folha de Minas* que “a criança sertaneja carece é aprender como economizar a água... (...) Educar, sim; alfabetizar, não”,<sup>8</sup> é da ordem mais conservadora a que um intelectual do período poderia chegar. No meio termo está o pensamento de Luís da Silva, o protagonista de *Angústia* – único romance realmente urbano de Graciliano – reproduzindo a imagem de que, no sertão, aquele que não sabe ler vive uma vida pacata e afastada de problemas: “para que me habituei a ler papel impresso, a ouvir o rumor de linotipos? Desejaria calçar alpercatas, descansar numa rede armada no copiar, não ler nada ou ler inocentemente a história dos doze pares de França.”<sup>9</sup>

<sup>7</sup> RAMOS, Graciliano. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 85-87.

<sup>8</sup> DOMINGOS, Octávio. O Thomaz da bolandeira. *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 27 ago. 1938. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

<sup>9</sup> RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 163-164.

Em *São Bernardo*, a escola é uma escada cujos degraus são exclusividade para o próprio Paulo Honório. Após a insistência do governador na instalação de uma escola rural em sua propriedade, Paulo Honório impede que a esposa, professora de profissão, trabalhe em seu ofício na fazenda. As “coisas difíceis e necessárias” que os filhos de uma Sinha Vitória e de um Fabiano aprenderiam para serem diferentes dos pais e terem a chance de construir um futuro diferente, não precisavam, na perspectiva de um Paulo Honório, de professores humanistas e socialistas, dignos e capazes. O mestre-escola da fazenda São Bernardo acabou sendo o Padilha, seu antigo proprietário, preguiçoso e perdulário, com ideias vazias de conteúdo, frouxas as formas e práxis contraditória. Muito distante do que o próprio Paulo Honório considerava como um perigo intelectual, que em Madalena sim, de algum modo vivia.

Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. Tenho visto algumas que recitam versos no teatro, fazem conferências e conduzem um marido ou outra coisa que o valha.

(...)

Aparecem nas cidades do interior, sorrindo, vendendo folhetos, discursos, etc. Provavelmente empestaram as capitais. Horríveis.

Madalena, propriamente, não era uma intelectual. Mas descuidava da religião, lia os telegramas estrangeiros.

E eu me retraía, murchava.<sup>10</sup>

Como Graciliano, Madalena fora professora. Como Graciliano e João Valério, Madalena preenchia livros-caixa. Como Graciliano, João Valério e Luís da Silva, Madalena colaborava em jornais.

Nesses personagens, a aproximação da escrita literária com a escrituração e a burocracia remete à observação feita por Michel De Certeau a respeito de a escrita ser “a prática mítica” da modernidade: “nos últimos três séculos, aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora.”<sup>11</sup> Cronologicamente falando, contemporânea e parte de um novo paradigma que se instalava no mundo ocidental, e que possibilitou o desenvolvimento do contraponto dessa sociedade capitalista a partir da mesma base cognitiva e utilizando-se a mesma arma, a escrita se massificou com a imposição da obrigatoriedade do ensino público. Como disse

<sup>10</sup> RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 135.

<sup>11</sup> De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994, p. 227.

o próprio Graciliano: “a literatura revolucionária pode ser na aparência a mais conservadora. E isto é bom: não terão o direito de chamar-nos selvagens e sentir-se-ão feridos com as próprias armas”.<sup>12</sup> Esse pensamento é um elaborado jogo de convencimento dentro do próprio Partido Comunista, que via com ceticismo o que o escritor poderia fazer, como escritor, pela causa socialista. Isso se justificava, tanto a posição do partido quanto a reação de Graciliano, pelo fato de a intelectualidade significar “ausência de estabilidade, posição neutra” e os intelectuais costumarem ser “rejeitados pelos extremos”.<sup>13</sup>

Assim como a modernidade e a democracia, a educação era um dos pontos nevrálgicos da República, uma questão a ser resolvida diante da mudança do regime político e da base social e econômica. Como bem resumiu Candido,

O caso do ensino é significativo. Não foi o movimento revolucionário de 30 que começou as reformas; mas ele propiciou a sua extensão por todo o país. Antes houvera reformas locais, iniciadas pela de Sampaio Doria em São Paulo (1920), que introduziu a modernização dos métodos pedagógicos e procurou tornar realidade o ensino primário obrigatório, com notável incremento de escolas rurais. Outras reformas localizadas foram as de Lourenço Filho no Ceará (1924), a de Francisco Campos em Minas (1927), a de Fernando de Azevedo no então Distrito Federal (1928). Todas elas visavam a renovação pedagógica consubstanciada na designação de “escola nova”, que representava posição avançada no liberalismo educacional, e que por isso foi combinada às vezes violentamente pela Igreja, então muito aferrada não apenas ao ensino religioso, mas a métodos tradicionais. Ora, a escola pública leiga pretendia formar mais o “cidadão” do que o “fiel”, com base num aprendizado pela experiência e a observação que descartava o dogmatismo. Isto pareceu à maioria dos católicos o próprio mal, porque segundo eles favorecia perigosamente o individualismo racionalista ou uma concepção materialista e iconoclasta. Não faltou quem falasse em “bolchevização do ensino” a propósito da reforma corajosa e brilhante de Fernando de Azevedo.<sup>14</sup>

O campo da educação aglutina e potencializa todas as mazelas dum país excludente que carrega a pesada herança de sua formação baseada no trabalho escravo e na desvalorização do estrato social do interior do país.

<sup>12</sup> RAMOS, Graciliano. *Garranchos* – textos inéditos. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 260.

<sup>13</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere* – vol. I., *op. cit.*, p. 312.

<sup>14</sup> CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. (orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Globo, 2009, p. 19.



Um campo de batalha, portanto cujos espólios não foram colhidos, ou colhidos muito timidamente no Brasil, porque a desigualdade social que o ensino ajuda a aplacar mostra-se um adversário bastante forte, pois tem a seu favor os próprios meios e fins amplamente divulgados no universo da educação, que faz, percorrendo um tortuoso caminho, subsumir os conceitos capitalistas que o sustentam como sistema vigente.

Graciliano percebia tudo isso e o expunha quase caoticamente em sua obra, pois, como educador, presidente de junta escolar, prefeito, Secretário Estadual de Educação e Inspetor Federal de Ensino, registrou em seus textos situações que permitem a reflexão sobre faina exaustiva, controversa e não raro incompreendida do intelectual (de direita ou de esquerda), que invariavelmente passa, em maior ou menor grau, pelo que E. P. Thompson definiu como:

O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros [que era] (...) extremamente forte durante a época vitoriana: e permanece vivo ainda hoje.<sup>15</sup> (comentário meu)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. (orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Globo, 2009, p. 17-42.

De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad.: Maria P. Villalobos; Lólio L. de Oliveira; Geraldo V. de Souza. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Tendências demográficas no período 1950/2000*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>

OLIVEIRA, Francisco de. Brasil. In: SADER, Emir (coord.) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

<sup>15</sup> THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 31

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2011. (1936)

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986. (1933)

RAMOS, Graciliano. *Garranchos* – textos inéditos. Rio de Janeiro: Record, 2012. (coletânea organizada pelo pesquisador Thiago Mio Salla)

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 21ª ed., 2 vols, Rio de Janeiro: Record, 1986 (1953).

RAMOS, Graciliano. *Relatórios*. Rio de Janeiro: Record; Recife-PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994. (1928-1930)

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 64ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. (1934)

RAMOS, Graciliano. *Viagem*. Rio de Janeiro: Record, s/d. (1954)

THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad.: Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

